

“Não é não!”: situações de assédio sexual vivenciadas por acadêmicas de Enfermagem

“No means no!”: situations of sexual harassment experienced by Nursing students

“¿No es no!”: situaciones de acoso sexual vividas por estudiantes de Enfermería

Recebido: 21/07/2022 | Revisado: 08/08/2022 | Aceito: 19/08/2022 | Publicado: 27/08/2022

Weslaine Thalita Silva Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6740-4101>
Universidade Federal do Pampa, Brasil
E-mail: weslainethalita@hotmail.com

Francinalva Dantas de Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1812-6966>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: francinalvamedeiros@gmail.com

Déborah Dornellas Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7865-5945>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: deborahdornellas@gmail.com

Anna Luiza Castro Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5551-0468>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: annaenf@gmail.com

Alyne Mendonça Saraiva Nagashima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7939-3059>
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
E-mail: alynnems@hotmail.com

Resumo

Neste artigo, objetivou-se caracterizar as manifestações de assédio sexual vivenciadas por estudantes de enfermagem, além de averiguar as estratégias utilizadas após a vivência do assédio sexual. Para tal, adotou-se a pesquisa transversal e descritiva, de abordagem quantitativa, com 279 acadêmicas dos cursos de Enfermagem situados em diferentes campi e municípios, vinculados a uma Instituição Pública de Ensino Superior no estado da Paraíba. Constatou-se que 59,1% das estudantes já foram vítimas de assédio sexual das mais variadas formas e tiveram como principal estratégia de enfrentamento conversar com outras mulheres sobre o fato. Conclui-se que a situação identificada requer uma reflexão sobre a necessidade impreterível de intervenções que objetivem reduzir e combater a ocorrência do assédio nas instituições de ensino. Para tanto, cabe impulsionar, dentro das universidades, discussões sobre o tema, promoção de um ambiente de acolhimento e confiança para as vítimas e a criação de estratégias concretas de punição para os assediadores.

Palavras-chave: Assédio sexual; Estudantes de enfermagem; Instituições de ensino superior; Mulheres; Violência de gênero.

Abstract

This article aimed to characterize the manifestations of sexual harassment experienced by nursing students and investigate the strategies used after experiencing sexual harassment. To this end, a cross-sectional and descriptive research with a quantitative approach was conducted with 279 students from Nursing courses located on different municipalities and campuses of a Public Higher Education Institution in the state of Paraíba. It was observed that 59.1% of the students had already been victims of sexual harassment of the most varied forms and their main coping strategy was talking to other women about the fact. It is concluded that the identified situation requires a reflection on the urgent need for interventions to reduce and combat the occurrence of harassment in educational institutions. For this to happen, it is important to promote discussions on the subject within universities, promote an embracing and trusting environment for victims, and create concrete punishment strategies for harassers.

Keywords: Sexual harassment; Nursing students; Higher education institutions; Women; Gender violence.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo caracterizar las manifestaciones de acoso sexual experimentadas por estudiantes de enfermería, además de investigar las estrategias utilizadas después de experimentar el acoso sexual. Para ello, se adoptó una investigación transversal y descriptiva, con enfoque cuantitativo, con 279 estudiantes de cursos de Enfermería

ubicados en diferentes campus y municipios, vinculados a una Institución de Enseñanza Superior Pública en el estado de Paraíba. Se observó que el 59.1% de las estudiantes ya había sido víctima de acoso sexual de las más variadas formas y su principal estrategia de enfrentamiento era hablar con otras mujeres sobre el hecho. Se concluye que la situación identificada requiere una reflexión sobre la necesidad improrrogable de intervenciones que tengan como objetivo reducir y combatir la ocurrencia del acoso en las instituciones educativas. Para ello, es importante promover discusiones sobre el tema dentro de las universidades, promover un ambiente de acogida y confianza para las víctimas y la creación de estrategias concretas de sanción para los acosadores.

Palabras clave: Acoso sexual; Estudiantes de enfermería; Instituciones de educación superior; Mujeres; Violencia de género.

1. Introdução

O assédio sexual é uma prática discriminatória e violenta que se ampara nas desigualdades entre os gêneros. As relações de poder entre homens e mulheres, sustentadas pelo patriarcado e capitalismo, produzem uma hierarquização de gênero que vem sendo historicamente mantida e, em muitos casos, naturalizada nos mais diversos âmbitos sociais. O Ministério Público Federal (2017) conceituou o assédio sexual como uma conduta insistente, desconfortável, que gera constrangimento, pois tem conotações sexuais e pode se configurar mediante chantagens, insinuações ou ameaças.

A grande parte dos casos de assédio sexual se configura de homens contra mulheres. Pesquisadores revelam que é a partir desse contexto sociocultural que os homens se apropriam dos seus lugares de privilégios socialmente definidos e agem legitimados por uma naturalização histórica dessa hierarquização, objetivando e subjugando as mulheres. Essa ideia reforça que o assédio sexual se constrói como uma prática social fomentada pelo patriarcado e pelas relações de poder (Teixeira & Rampazo, 2017).

Essas relações vêm sendo exercidas em múltiplas e variadas direções, de forma capilarizada por toda sociedade, por meio de manobras e dispositivos, os quais, por sua vez, são resistidos, contestados, aceitos ou transformados, como em um jogo de negociações. Isso porque não há liberdade sem potencial de revolta. Do contrário, não se pode falar em uma relação de poder, mas, sim, de violência (Foucault, 2014).

O que fica explícito na prática do assédio sexual é a relação hierárquica entres os sujeitos, sendo esse fato que legalmente o diferencia da importunação sexual, que é uma conduta criminosa tipificada pela Lei 13.718/2018. Desse modo, o assédio sexual vai se desenvolver no âmbito das empresas e instituições, seja no ambiente de trabalho ou educacional, como escolas e universidades, onde há relações hierárquicas e também desiguais entre os gêneros (Brasil, 2018).

O assédio sexual dentro das universidades vem ganhando visibilidade nos últimos anos, principalmente por meio de campanhas e discussões nas redes sociais, que acabam estimulando a organização de coletivos de mulheres que reivindicam providências institucionais. Um estudo realizado em 2020 investigou mais de 2.000 experiências de assédio sexual e seus avanços indesejados no ensino superior, obtendo resultados alarmantes, em que 50% mencionaram atenção sexual indesejada; 14% sofreram assédio; 5% vivenciaram discriminação sexual e 7% experimentaram retaliação por denunciar ou por simplesmente não aceitarem o assédio sexual (Karami *et al.*, 2020).

Uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Avon e o Data Popular sobre a violência contra a mulher nas universidades contou com a participação de 1.823 estudantes de ambos os sexos, de cursos de graduação e pós-graduação. Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria das mulheres entrevistadas já sofreu assédio sexual dentro das universidades e afirma conhecer outros casos de assédio sexual dentro dessas instituições. Além disso, 26% dos homens que participaram da pesquisa relataram que já cometeram esse tipo de assédio (Instituto Avon, 2015).

Porém, o silenciamento das mulheres, o ocultamento dos casos e a escassez e/ou ineficiência das medidas de enfrentamento ainda produzem um contexto que contribui para a invisibilidade do problema, comprometendo a saúde mental das vítimas e, muitas vezes, inviabilizando a permanência destas no meio acadêmico. O ato de calar-se perante o assédio está intimamente relacionado com a dificuldade de prová-lo, culpabilização da vítima e medo de represália. Nesse sentido, a denúncia

não é uma tarefa simples, tendo em vista que exige que a assediada compreenda o que se passa, rompa com relações de poder e enfrente o julgamento da sociedade (Teixeira & Rampazo, 2017).

Nas universidades, os cursos de saúde ainda são constituídos, em sua grande maioria, por estudantes mulheres. O curso de Enfermagem é um forte exemplo desse processo de feminização, também atravessado historicamente por questões culturais de gênero, que condicionam as mulheres a assumir ocupações que estejam relacionadas ao cuidado. Além disso, as estudantes de Enfermagem são alvos da produção de estereótipos fundamentados na objetivação e na fetichização da figura profissional da enfermeira cuja imagem geralmente é associada a fantasias eróticas e de cunho depreciativo (Colpo et al., 2006). Nesse contexto, pressupõe-se que as discentes de enfermagem podem sofrer um duplo processo de objetificação por serem mulheres e cursarem Enfermagem, tornando-se, assim, vítimas frequentes de práticas de assédio sexual.

Diante dessa conjuntura, esta pesquisa se propôs a caracterizar as manifestações de assédio sexual vivenciadas pelas acadêmicas de enfermagem e averiguar as estratégias utilizadas após a vivência do assédio sexual.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi do tipo transversal e descritiva com uma abordagem quantitativa, isto é, visa observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno em uma amostra ou população, no entanto, sem analisar o mérito de seu conteúdo, em um curto período de tempo, em um determinado momento (Marconi & Lakatos, 2005).

Teve como cenário os *campi* de uma Instituição Pública de Ensino Superior que dispõem de cursos de Bacharelado em Enfermagem. São três cursos de Bacharelado em Enfermagem que se localizam em diferentes centros e cidades, que para melhor compreensão serão identificados como Curso A, B e C.

A população da pesquisa foi composta por mulheres que estivessem com matrícula ativa nesses cursos de Bacharelado em Enfermagem. Como os cursos têm projetos políticos pedagógicos diferenciados, disponibilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: estudantes maiores de 18 anos, matriculadas entre o 1º período e o 8º período nos Cursos A e B, que são divididos em 10 semestres, e aquelas que estavam cursando do 1º ao 7º período no Curso C cuja matriz curricular abriga somente 9 semestres. Não se incluíram na pesquisa as estudantes que estivessem matriculadas em um dos dois últimos períodos de cada curso, pois esses semestres são voltados para os estágios supervisionados que são desenvolvidos em diferentes serviços de saúde, muitas vezes localizados em diferentes cidades.

Assim, nos Cursos de Enfermagem A e B cuja integralização ocorre em 10 semestres, teve-se a população, de acordo com os critérios de inclusão, de 154 mulheres e 125 mulheres, respectivamente. No Curso de Enfermagem C, que tem sua duração mínima de 9 semestres, 120 mulheres se enquadraram nos critérios de inclusão, totalizando, assim, uma população geral de 399 estudantes.

A amostra foi calculada baseando-se na premissa da representatividade, enquanto característica fundamental exigida para uma amostra confortável, com 95% de confiança e erro máximo de estimativa amostral de 5%.

Para coleta de dados, construiu-se um instrumento, em formato de questionário, contendo inicialmente questões sobre marcadores sociais que possibilitaram caracterizar as estudantes, seguidas de questões de múltipla escolha relacionadas ao assédio sexual. A coleta foi desenvolvida no período de dezembro de 2018 a abril de 2019, sendo realizada em um ambiente adequado, respeitando os seguintes critérios: conforto, garantia do anonimato e privacidade. Solicitou-se às estudantes que, após o preenchimento do questionário, este fosse depositado em um envelope, de modo que a pesquisadora não entrasse em contato com o instrumento durante o processo de coleta.

Os dados foram organizados em tabelas e analisados com estatística descritiva, a partir dos programas Epi Info® 7.1.4 e Microsoft Excel® 2013. Os resultados foram apresentados em frequência absoluta (N) e relativa (%) e analisados a partir da literatura atual sobre a temática.

Cabe salientar que esta pesquisa obedeceu à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que determina as diretrizes e normas regulamentadoras de estudos envolvendo seres humanos, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Caneiro, CAA: 94204218.0.0000.5182. O anonimato e o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento foram garantidos, sem prejuízo para as participantes.

3. Resultados

Participaram da pesquisa um quantitativo de 279 acadêmicas de Enfermagem matriculadas em um dos 3 cursos de Enfermagem vinculados à uma Instituição Pública de Ensino Superior, obtendo, assim, uma margem de erro de 3,22%. A maioria das participantes da pesquisa possuía idade entre 18 e 20 anos (59%; n=164), ficando 93 (33%) entre 21 e 23 anos e apenas 22 (8%) maiores de 24 anos.

A maior parte das acadêmicas se reconheceu como parda (50,3%), heterossexual (89,7%), solteira (92,7%), católica (61,2%), com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos (58,8%), morava com a família nuclear (33,3%) e alegou depender do apoio financeiro dos pais (73,5%).

Todas as participantes revelaram ter conhecimento sobre o que se caracteriza como assédio sexual (100%; n=279), sendo que 165 (59,1%) referiram ter sido vítimas de assédio sexual na universidade ou em algum local relacionado a essa instituição, como campos de estágio, calouradas, eventos realizados pela universidade, entre outros. Além disso, 171 (61,3%) das entrevistadas conheciam outras mulheres que já haviam passado por situações de assédio sexual na instituição.

Nos três cenários da pesquisa, o assédio sexual esteve presente em número elevado. No Curso de Enfermagem C, houve um percentual de 70,0% de estudantes que vivenciaram alguma situação de assédio sexual no contexto acadêmico, seguido pelo Curso A, com 59,1%, enquanto o Curso B obteve o menor índice entre os centros pesquisados, com 49,4% das participantes pesquisadas.

Com a finalidade de identificar os comportamentos de assédio sexual mais frequentes no ambiente universitário, a Tabela 1 aborda questões relativas aos comportamentos característicos de assédio e as respostas das estudantes. Os resultados verificados expõem as frequências e os percentuais dos comportamentos de assédio sexual dos quais as estudantes afirmaram ter sido vítimas.

Tabela 1 - Manifestações das práticas de assédio sexual sofridas por acadêmicas de Enfermagem (n=279). Cuité, PB, Brasil, 2019.

Variáveis	Categorias	Acadêmicas pesquisadas	
		n	%
Sentiu-se constrangida por palavras ou atos obscenos dirigidos a sua pessoa.	Sim	171	61,3%
	Não	108	38,7%
Recebeu cantadas ou investidas insistentes mesmo após ter dito “não”.	Sim	138	49,5%
	Não	141	50,5%
Recebeu fotos ou mensagens de conteúdos pornográficos sem ter requisitado.	Sim	132	47,3%
	Não	147	52,7%
Tocaram em alguma parte do corpo mesmo sem ser consentido.	Sim	121	43,4%
	Não	151	54,1%
	Não respondeu	07	2,5%
Sentiu-se ameaçada, humilhada, ofendida, constrangida ou violentada.	Sim	110	39,4%
	Não	168	60,2%
	Não respondeu	01	0,4%
Recebeu algum convite inapropriado de cunho sexual.	Sim	66	23,7%
	Não	212	76,0%
	Não respondeu	01	0,3%
Prometeram algo em troca de favores sexuais.	Sim	16	5,7%
	Não	261	93,5%
	Não respondeu	02	0,8%

Fonte: Autores (2019).

O assédio sexual por meio de palavras ou atos obscenos foi a manifestação de assédio que mais se repetiu (61,3%), seguido pelas investidas insistentes mesmo após terem dito “não” (49,5%). Para alguns questionamentos, as participantes preferiram não responder, como no quesito “tocaram em alguma parte do corpo mesmo sem ser consentido”, em que 7 participantes não responderam.

Visando compreender como o assédio sexual se estabelece dentro do ambiente acadêmico, questionou-se às participantes sobre o local onde ocorreu e quem foi o assediador, o que pode ser visualizado mediante apreciação dos dados expostos na Tabela 2. Os espaços onde as acadêmicas de Enfermagem sofreram assédio foram variados, tanto dentro quanto fora dos muros da universidade, mas sempre em locais relacionados. A maioria ocorreu em meio aos eventos da própria universidade (24,3%; n=44), seguida pelos assédios ocorridos em sala de aula (17,1%; n=31).

Tabela 2 - Caracterização do assédio quanto ao local onde ocorreu e a figura do assediador (n=279). Cuité, PB, Brasil, 2019.

Variável	Categorias	Participantes	
		n	%
Em que espaço da universidade ou local relacionado ocorreu o assédio (*)	Eventos na universidade	44	24,3%
	Outros	36	19,9%
	Não quis responder	33	18,2%
	Sala de aula	31	17,1%
	Durante os estágios	13	7,2%
	Laboratórios	8	4,4%
	Calouradas	8	4,4%
	Restaurantes/Lanchonetes	7	3,9%
	Biblioteca	1	0,6%
Quem foi o assediador (*)	Professor	53	25,1%
	Não quis responder	38	18,0%
	Colegas de sala	31	14,7%
	Outros	28	13,3%
	Alunos de outros cursos do campus	22	10,4%
	Terceirizados	20	9,5%
	Monitores	13	6,2%
Técnicos Administrativos	6	2,8%	

(*) Quesito com múltiplas respostas. Fonte: Autores (2019).

Os espaços onde ocorreu o assédio sexual, em sua maioria, foram eventos na universidade (24,3%) e sala de aula (17,1%). Algumas participantes que marcaram a opção “outros” (19,9%) manifestaram as redes sociais como sendo o cenário do assédio sexual. Vale destacar que para esse questionamento houve uma alta porcentagem de alunas que optaram por não responder (18,2%). Quanto ao assediador, também foram muitas acadêmicas que deixaram o campo em branco (18,0%), sendo que a maioria foi assediada por professores (25,1%) e colegas de sala (14,7%).

Considerando que por ser uma violência de gênero que pode apresentar vários desdobramentos, tanto na vida pessoal como acadêmica das estudantes, e que se fazem necessárias estratégias e redes de apoio para o enfrentamento dessas situações, questionou-se às estudantes que estratégias foram utilizadas por elas após a vivência do assédio sexual. Os resultados podem ser conferidos na Tabela 3.

Tabela 3 - Estratégias utilizadas pelas estudantes após a vivência de assédio sexual (n=279). Cuité, PB, Brasil, 2019.

Variável	Categorias	Participantes	
		n	%
O que fez após vivenciar o assédio sexual?	Conversou com as amigas	138	47,1%
	Preferiu ficar calada	59	20%
	Contou aos pais	45	15,4%
	Denunciou	40	13,7%
	Conversou com uma professora	7	2,4%
	Conversou com alguém da sua igreja ou religião	4	1,4%

(*) Quesito com múltiplas respostas. Fonte: Autores (2019).

Embora um número alto de meninas use a estratégia de conversar com as amigas após o assédio sexual (47,1%), 59 alunas ficaram caladas após terem vivenciado o assédio. Além disso, a denúncia foi uma estratégia utilizada por apenas 40

participantes (13,7%).

4. Discussão

Os dados apresentados sobre o perfil das acadêmicas são semelhantes aos encontrados em pesquisa realizada pelo Instituto Semesp (2020) e apresentada no Mapa do Ensino Superior, a qual dispõe que 57% das matrículas nas universidades e faculdades são feitas por mulheres e, destas, 72,1% são vinculadas aos cursos da área da saúde. A maioria dessas jovens está na rede pública superior de ensino (59,2%) e com a faixa etária entre 19 e 24 anos, 64,3% moram na casa dos pais e 36% recebem de 1 a 2 salários mínimos.

Com relação à raça, vale salientar que nos últimos anos houve uma mudança na reinterpretação do processo de autodeclaração, principalmente por conta da Lei de Cotas para o ingresso nas universidades e instituições federais (Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior [ANDIFES], 2016). No entanto, para a variável sobre orientação sexual, o que se observa é que, mesmo com a ampliação das políticas e direitos sobre diversidade de gênero, a heteronormatividade ainda se faz de maneira hegemônica.

Quanto à religião, os dados encontrados na pesquisa se assemelham aos resultados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os quais revelam que os cristãos são maioria no Brasil, sendo 64,6% católicos. Esse dado pode também trazer outras repercussões diante das vítimas de violência, seja na maneira de constituir uma rede de apoio a essas mulheres ou de maneira paradoxal fomentar a culpabilização ou silenciamento dessas mulheres por meio da domesticação dos corpos, geralmente presentes nos dogmas das igrejas cristãs.

Apesar de todas as mulheres afirmarem saber o que é assédio sexual, identificaram-se contradições nas respostas, visto que algumas participantes, mesmo após terem respondido que não foram vítimas de assédio sexual na universidade, relataram ter recebido cantadas ou investidas insistentes, mesmo após terem dito “não”. Essa situação evidencia não somente desconhecimento, mas também a banalização das práticas de assédio sexual, fato este que pode levar à ocultação dos casos.

É importante destacar que a universidade, enquanto instituição, está inserida e constituída em uma determinada sociedade, que é transpassada por crenças e valores culturais. Nesse sentido, enquanto instituição social, a universidade produz e reproduz as relações de poder estabelecidas em uma determinada cultura, exercendo, assim, uma ação distintiva, tanto na sociedade quanto no próprio microespaço. Ademais, as universidades delimitam esses espaços de acordo com as relações de poder (quem pode/quem não pode; o que pode/o que não pode; quando/onde/como), construindo sujeitos com “identidades escolarizadas”, que se refletem nos corpos (postura), nas habilidades desenvolvidas, nas formas de falar e se expressar, de pensar, de se vestir e nas companhias, por exemplo.

O Instituto Avon e o Data Popular (2015) revelaram que 56% das mulheres já sofreram assédio sexual no ambiente acadêmico. Nesse sentido, a universidade tem uma probabilidade maior de produzir e sustentar práticas de assédio sexual por se tratar de um ambiente estruturado por relações de poder e de dependência que regem as relações acadêmicas e profissionais na instituição (Benya et al., 2018).

Nesse contexto, percebe-se que as relações de poder têm um caráter produtivo. Isso porque o poder produz sujeitos e instituições, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, aumenta a utilidade econômica e diminui a força política desses sujeitos. Logo, os discursos e os silêncios são atravessados pelo poder, assim como os gestos, os modos de ser e estar no mundo e as formas de falar e agir consideradas apropriadas (Foucault, 2014).

Diante do exposto, ressalta-se que o assédio sexual se caracteriza mediante comportamentos, tais como chantagens e ameaças, cantadas insistentes, piadas e insinuações, por exemplo. Com a finalidade de identificar os comportamentos de assédio sexual mais frequente no ambiente universitário, o questionário utilizado na pesquisa apresentou questões relativas a comportamentos característicos de assédio.

Entre as participantes da pesquisa, a maioria, 61,3%, já se sentiu constrangida por palavras ou atos obscenos dirigidos a sua pessoa, 49,5% revelaram ter recebido cantadas ou investidas insistentes mesmo após dizerem não, 47,3% já receberam fotos ou mensagens de conteúdo pornográfico sem ter requisitado e 43,4% já referiram ter tido o corpo tocado mesmo sem o consentimento.

Sendo essas formas de assédio sexual as mais vivenciadas pelas estudantes, vale destacar o aspecto similar existente entre essas práticas, ou seja, o fato de as mulheres terem seu direito negado, de não aceitar as investidas e também não terem solicitado aproximação ou intimidade com esses homens. Isso está associado às relações hierárquicas entre os gêneros, que fomentam a dominação do homem sobre a mulher e produzem a objetificação dos corpos das mulheres, fazendo com que o assédio sexual aconteça de diversas maneiras.

Os comportamentos invasivos são frequentes, causam constrangimento e subjagam as mulheres. Além disso, ferem o direito constitucional de ir e vir delas, uma vez que esse tipo de assédio amedronta, ameaça e intimida. Uma pesquisa idealizada pela Jornalista Karin Hueck como parte de uma campanha intitulada “Chega de Fiu Fiu” apontou que 83% das mulheres não gostam de receber cantadas e que 68% já foram confrontadas por se posicionarem de forma negativa diante de uma (Think Olga, 2013).

Essa hipersexualização e consequente objetificação do corpo feminino que consistem em analisar a mulher como um objeto, sem levar em conta seus atributos emocionais e psicológicos, ancoram-se em padrões machistas que enquadram o gênero feminino como objeto de consumo, sustentando-se pelo mundo capitalista (Heldman, 2012). Alguns autores revelam que o sistema patriarcal coloca a mulher em posição de “subordinação” em diversos espaços (Barros et al., 2020).

No estudo do Instituto Avon e Data Popular (2015), 28% das alunas de graduação se disseram ofendidas/xingadas e 25% afirmaram que já se sentiram intimadas ou humilhadas na universidade. Os resultados desta pesquisa corroboram a noção de que os comportamentos intimidatórios e de humilhação/constrangimento são constantes no ambiente acadêmico, visto que 39,4% das estudantes mencionaram que se sentem ameaçadas, humilhadas, ofendidas, constrangidas ou violentadas. Cabe salientar que esse dado, por ter menor percentual, pode ser interpretado, inclusive, enquanto reflexo da naturalização do assédio sexual sofrido pelas mulheres, tendo em vista que, muitas vezes, a vítima se sente envergonhada, mas não consegue avaliar devidamente a situação e reconhecer o quanto essa prática é humilhante e ofensiva.

Quanto ao quesito “recebeu algum convite inapropriado de cunho sexual”, observou-se que 23,7% responderam que “sim”, enquanto que a questão “prometeram algo em troca de favores de favores sexuais” foi a resposta menos frequente (5,7%). Porém, é importante destacar que a expressão “favores sexuais” é traduzida, na maioria das vezes, como a relação sexual propriamente dita, podendo justificar o baixo valor percentual encontrado.

A legitimação e a naturalização desse comportamento predatório do homem por meio de diferentes dispositivos permitem compreender o assédio como uma violência performada pela cultura do estupro. Essa cultura banaliza a violência contra as mulheres e ainda culpabiliza as vítimas (Michelon, 2019).

Em relação aos espaços em que os assédios sexuais aconteceram, a pesquisa pôde identificar que ocorreram em cenários variados, tanto dentro como fora dos muros da universidade, mas sempre em locais relacionados. A maioria ocorreu em meio aos eventos da própria universidade (24,3%), seguida pelo valor percentual de 17,1% obtido pelos assédios ocorridos em salas de aula.

Vale considerar que os eventos realizados na universidade, seja de cunho científico ou cultural, possibilitam uma reorganização dos locais onde circulam as pessoas, como também propiciam que outros sujeitos adentrem na universidade, configurando, assim, outras possibilidades com relação à figura do assediador.

As festividades acadêmicas, especialmente as realizadas fora dos muros da universidade, apesar de apresentarem caráter libertário e emancipatório, ainda reproduzem desigualdades estruturais de gênero. Em ambientes de lazer, sobretudo os noturnos,

há uma socialização para a sexualidade heteronormativa e sexista, produzindo um espaço facilitador de violência de gênero (Amorim, 2021).

Outro espaço que merece reflexão pela importância e frequência que apresenta durante a formação acadêmica é o local onde ocorrem os estágios. Entre as participantes da pesquisa, 7,2% apontaram o cenário do estágio como um ambiente frequente dessa prática. De acordo com um estudo de 2006, a Enfermagem ainda é considerada uma profissão predominantemente feminina que apresenta muitos estereótipos vinculados ao corpo das mulheres e à erotização de suas práticas. Tal contexto quando aliado às fantasias masculinas e à exploração que o setor da pornografia faz da imagem da enfermeira deprecia a concepção de grande parte da sociedade sobre essa profissional (Colpo et al., 2006).

Ainda em relação ao local onde o assédio sexual ocorreu, algumas participantes marcaram a categoria “outros” para conotar que assédio sexual também está presente nos meios virtuais, podendo ser praticado por alguém do meio acadêmico. O assédio sexual nas redes sociais tem crescido e os assediadores usam esse espaço pela dificuldade que os meios legais apresentam para punir crimes cometidos *on-line* (Soares et al., 2018).

Quando questionadas sobre quem foi o assediador, a categoria que apresentou maior valor percentual foi o professor (25,1%). Nesse contexto, destaca-se que, em razão da posição de hierarquia que ocupa dentro da instituição e em relação aos discentes, o professor assediador termina por se encontrar em uma condição que favorece a prática desses comportamentos abusivos (Ximenes & Braga, 2017).

Um estudo aponta que situações de assédio sexual na relação professor-aluno tendem a ocorrer nos primeiros dois anos dos cursos, pois, no início da vida acadêmica, as mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade na rede de apoio local, considerando que os laços estão em construção e a universidade se caracteriza como um espaço social novo (Souza et al., 2020).

Um dado que precisa ser levado em consideração nessa discussão consiste no fato de que 18,0% das mulheres optaram por não responder ao campo destinado ao assediador. As justificativas para essa atitude podem ser o medo de sofrer represália, de ser perseguida pelos professores e ter seus trajetos acadêmicos prejudicados. Isso implica dizer que o ambiente universitário é permeado por medo, opressão e insegurança (Benya et al., 2018).

O medo de retaliação pelos agressores, mesmo mediante garantia do sigilo para participação da pesquisa, também foi um sentimento apresentado por estudantes universitárias em uma pesquisa datada de 2020 cujos autores esclareceram que 50% das participantes da pesquisa confessaram de modo explícito que forneceriam uma resposta negativa ou suavizada por medo de serem identificadas e sofrerem represália (Souza et al., 2020).

Em meio a essa discussão, é válido ressaltar que as práticas de assédio sexual nem sempre se configuram mediante uma relação de poder explicitamente estruturada, isto é, nem sempre o assédio se dá entre sujeitos envolvidos na relação hierárquica da instituição. Isso porque, dentre as acadêmicas que se disseram vítimas, 14,7% responderam que foram assediadas por colegas de sala e 10,4% por discentes de outros cursos do centro. Isso sustenta o fato de que o gênero, enquanto categoria, sempre aponta relações de poder e de hierarquia, ou seja, pela perspectiva de gênero, os homens (enquanto grupo) têm poder sobre as mulheres como grupo (Zanello, 2018).

Os resultados desta pesquisa corroboram com os apresentados em um estudo de 2017, no qual todas as vítimas entrevistadas tiveram um homem como assediador, realidade que ratifica a relação de poder de homens sobre mulheres e a desigualdade de gênero que perpetra a sociedade na atualidade (Sá et al., 2017).

Nesse sentido, é preciso lembrar que a masculinidade também consiste em uma categoria social e historicamente construída, precisando, portanto, ser provada, construída e fabricada. A construção da masculinidade se faz dentro da “casa dos homens”, ou seja, os homens são educados por outros homens por meio de mimetismo de violências, contra si mesmo, contra os outros homens e, principalmente, contra as mulheres. A masculinidade hegemônica se constitui em legitimar a superioridade dos homens e repelir todos os aspectos que forem associados às mulheres (Zanello, 2018).

Ressalta-se que, mesmo com elevada frequência, os casos de assédio sexual nas universidades e locais afins não tomam a devida repercussão por conta do silenciamento das vítimas e da negligência ou conivência dos setores onde eles ocorrem, sendo o medo das vítimas a principal causa de tal silenciamento. Além disso, as próprias instituições de ensino tendem a dificultar ainda mais a realização da denúncia pelo despreparo, sobretudo quando se trata de acolher alguém que esteja disposto a contar a sua situação (Moraes, 2018).

No que concerne ao questionamento sobre o que fizeram quando passaram por uma situação de assédio sexual, 47,1% afirmaram que conversam com amigas, ficando o silêncio (20,0%) acima da opção da denúncia (13,7%). O fato de a denúncia não ser uma estratégia muito utilizada diante das ocorrências se deve não apenas por serem considerados “normais” os casos de assédio ou ainda pela dificuldade de prová-lo, mas porque a assediada quando decide denunciar tem que quebrar as relações de poder historicamente construídas e passar pelo julgamento da sociedade (Teixeira & Rampazo, 2017).

Para que haja uma efetiva punição dos assediadores, é indispensável que a instituição crie diretrizes e protocolos que possam, de maneira concreta, determinar ações disciplinares de combate às violências, bem como promover um acolhimento adequado às vítimas, tanto de forma jurídica como psicológica (Michelon, 2019).

Além disso, a possibilidade de construção de uma pedagogia feminista é um caminho para tentar reconstruir as relações de poder nas instituições de ensino, refletindo e questionando as relações hierárquicas entre professor-alunos(as), abrindo espaço para o diálogo, a partir de uma proposta mais horizontalizada e colaborativa, estimulando a fala daqueles que se veem, tradicionalmente, invisibilizados e silenciados.

5. Considerações Finais

O estudo revelou que o assédio sexual é um fenômeno frequente, porém silenciado e invisibilizado no ambiente universitário. Pode ser considerado um fenômeno gendrado, uma vez que é praticado quase sempre por homens e prejudica as vítimas em seus aspectos sociais, psicológicos e acadêmicos, podendo, inclusive, aliená-las do direito constitucional de ir e vir. Em razão da complexidade, requer estratégias intersetoriais e institucionais que garantam a denúncia do crime e punição coerente com a legislação vigente para o assediador, o atendimento adequado às vítimas e ações de prevenção de sua recorrência.

Nesse sentido, é válido mencionar que as instituições devem compreender e destinar a devida atenção aos casos de assédio sexual, desenvolvendo laços de confiança entre a estudante e universidade, promovendo a quebra do silêncio, realização das denúncias e, sobretudo, a oferta do acolhimento e apoio para a estudante vítima de assédio sexual.

Se faz importante que outras pesquisas possam estar sendo desenvolvidas não apenas com estudantes das instituições, mas também com outros membros da comunidade acadêmica, como docentes, servidoras técnicas administrativas e terceirizadas, para que se possa conhecer a realidade de outras mulheres que ocupam funções diversificadas dentro das instituições e assim ter uma visão ampliada sobre o fenômeno em questão.

Por fim, a busca por elevar as reflexões e os debates no campo acadêmico acerca desse tema impulsionou o desenvolvimento deste estudo. A universidade deve ser vista não apenas como um espaço de produção e reprodução de conhecimento, mas de produção de subjetividades, de autonomia e de transformações.

Agradecimentos

Ao apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa, oferecido pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande (PIBIC/CNPq-UFCG).

Referências

- Amorim, C. M. N. (2021). *"Muitas vezes, nós não dizemos nada": Representações, percepções e incidência do assédio sexual entre estudantes da Universidade do Minho*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/74251/1/Dissertacao_CelesteAmorim.pdf
- Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior. (2016). *IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras*. São Paulo, Edição Oficial, p. 291. https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf.
- Barros, E. A., Machado, L. M. A., Biá, M. G. S., & Guerreiro, A. R. (2020). A mulher como produto de satisfação masculina na pornografia: uma análise histórico-social. *REVES - Revista Relações Sociais*, 3(4), 17001–17014. <https://doi.org/10.18540/revesv3iss4pp17001-17014>
- Benya, F. F., Widnall, S. E., & Johnson, P. A. (2018). *Sexual Harassment of Women: Climate, Culture, and Consequences in Academic Science, Engineering, and Medicine*. Washington, D.C: National Academies Press.
- Brasil. *Lei nº 13.718*. (2018) Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm
- Colpo, J. C., Camargo, V. C., & Mattos, S. A. (2006). A imagem corporal da enfermeira como objeto sexual na mídia: um assédio a profissão. *Cogitare Enfermagem*, 11(1), 67-72. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v11i1.5975>
- Foucault, M. (2014). *Microfísica do poder*. (8. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra
- Heldman, C. (2012). *Sexual Objectification, Part I: What is it?*. New York, US. <https://drcarolineheldman.com/2012/07/02/sexual-objectification-part-1-what-is-it/>
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, RJ. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Instituto Avon & Data Popular (2015). *Violência contra a mulher no ambiente acadêmico*. São Paulo, SP. http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf
- Instituto Simesp (2020). *O Mapa do Ensino Superior*. São Paulo, (10ª Edição), 192 p. <https://www.simesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Simesp.pdf>
- Karami, A., White, N., Ford, K., Swan, S., & Yildiz, E. M. (2020). Unwanted advances in higher education: Uncovering sexual harassment experiences in academia with text mining. *Information Processing & Management*, 57 (2). <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102167>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de metodologia científica*. (6a ed.): Atlas.
- Michelon, F. (2019). *A universidade do encontro e da inclusão: conferências e mesas da 4ª SIIPE*. Pelotas, Editora da UFPel. <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4443>
- Ministério Público Federal (2017). *Saiba como identificar e combater o assédio moral, sexual e a discriminação no trabalho*. Brasília, DF. <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/saiba-como-identificar-e-combater-o-assedio-moral-sexual-e-a-discriminacao-no-trabalho>
- Moraes, F. T. (2018) 'Assédio sexual é algo frequente dentro das universidades do país', diz pesquisadora. *Entrevista com Márcia Barbosa*. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, SP. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/05/assedio-sexual-e-algo-frequente-dentro-das-universidades-do-pais-diz-pesquisadora.shtml#:~:text=%E2%80%9CAss%C3%A9dio%20%C3%A9%20algo%20frequente%20dentro,que%20esse%20sil%C3%A2ncio%20seja%20rmpido>
- Sá, B. S., Folriani, M. D., & Rampazo, A. V. (2017). Assédio sexual: O poder do macho dentro da universidade. *Estudos de Administração e Sociedade*, 2(3), 22-31. <https://doi.org/10.22409/eas.v3i2.7>
- Soares, J. D. S., Menezes, I. O. D., & Maux, S. (2018). Assédio sexual nas redes sociais: normas de condutas e políticas de prevenção nas plataformas digitais. In *Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. São Paulo, SP. <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0934-1>
- Souza, R. H. V., França, M. P. S., & Pereira, M. P. (2020). Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 26705 – 26721. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-213>
- Teixeira, J. C., & Rampazo, A. S. V. (2017). Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente? *Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4 (11), p. 1151-1235. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4586>
- Think Olga. (2013). *Pesquisa Chega de Fiu Fiu*. <https://thinkolga.com/ferramentas/pesquisa-chega-de-fiu-fiu/#:~:text=Os%20resultados%20da%20pesquisa,%20que,gravidade%20dessa%20questão%20no%20país>
- Ximenes, N. A. M., & Braga, R. R. P. (2018). O assédio sexual nas relações de trabalho. *Arquivo Jurídico*, 4(2), 1-15. <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/view/8364/5005>
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação*. Curitiba, PR: Appris.